



## CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 3181/2020  
Data: 25/09/2020 - Horário: 15:01  
Legislativo - PLO 170/2020



Excelentíssimo Senhor

**Amilton Maranoski**

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O vereador infra-assinado, **Moacir Gregolin - Republicanos**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário e solicita apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 170/2020

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar - PROBEM.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação de Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar - PROBEM, entidade sem fins econômicos, inscrita no CNPJ nº 15.414.802/0001-15, localizada na Pedro Ramires de Melo, 190, centro, no Município de Pato Branco, Paraná.

**Art. 2º** A entidade referida no art. 1º se obriga a apresentar anualmente ao Executivo Municipal relatório circunstanciado dos serviços prestados à comunidade durante o exercício anterior.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nestes termos, pede deferimento.  
Pato Branco, 25 de setembro de 2020.

Moacir Gregolin  
Vereador – Republicanos



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1528



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadormoacirgregolin@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadormoacirgregolin@patobranco.pr.leg.br)





## JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa declarar a Associação de Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar - PROBEM entidade de utilidade pública, uma vez que a mesma tem a finalidade de proteção social que visa garantia da vida, à redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice, o amparo às crianças e aos adolescentes carentes, à promoção e integração ao mercado de trabalho, à habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Ao longo dos anos a entidade vem atuando junto a comunidade, desenvolvendo varias atividades, como palestras, acompanhamentos de pessoas em recuperação, reformas de casa, distribuição de alimentos roupas e calçados para pessoas carentes e em situação de risco.

Importante ressaltar que a entidade conta com cerca de 15 voluntários e que atualmente esta atendendo 50 famílias, sendo que para suprir a demanda das necessidades precisa de muitos recursos, que na maioria das vezes são arrecadados entre os próprios voluntários.

Sendo portanto de suma importância a pretendida ajuda publica, para que assim possa dar continuidade em seu trabalho bem como a ampliação do atendimento ao que se propõe a referida entidade.

Diante do exposto, pretende-se declarar a Associação de Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar - PROBEM como utilidade pública municipal, para que esteja apta legalmente a receber recursos públicos, com o objetivo de auxiliar as inúmeras atividades desenvolvidas por esta entidade que tanto contribui com a comunidade local.

Para finalizar, o projeto atende a todos os requisitos previstos na Lei nº 2.340, de 1º de junho de 2004, que estabelece normas para a declaração de utilidade pública no Município de Pato Branco.

Desse modo, ante o exposto e certo da importância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

**Moacir Gregolin**  
Vereador – Republicanos







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## LEI Nº 2.340, DE 1º DE JUNHO DE 2004.

Súmula: Estabelece normas para a declaração de utilidade pública no Município de Pato Branco e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do parágrafo 5º do artigo 36, da Lei Orgânica Municipal, com a nova redação dada pela Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 3, de 9 de novembro de 1994, promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** A concessão do título de utilidade pública no Município de Pato Branco regula-se pelas disposições desta lei.

**Art. 2º** As sociedades civis, as associações com atividade social, recreativa ou esportiva, as instituições filantrópicas, de pesquisas científicas e fins culturais e as fundações constituídas no Município de Pato Branco ou aqui exerçam suas atividades através de representações, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser declaradas de utilidade pública.

**Art. 3º** A concessão de título de utilidade pública far-se-á através de lei municipal, devendo a entidade interessada, com a finalidade de instruir a respectiva proposição legislativa, com documentos autenticados, fazer prova de que:

I – possui personalidade jurídica própria, comprovada mediante Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas;

II – a entidade (matriz ou filial) encontra-se em efetivo e contínuo funcionamento no Município de Pato Branco em observância aos fins estatutários, **a pelo menos um ano**, imediatamente anterior à proposta de declaração de utilidade pública;

III – não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

IV – mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividade de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório;

~~V – seus diretores e conselheiros fiscais sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral;~~

**V – seu Presidente e Tesoureiro sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral; (Redação dada pela Lei nº 4.367, de 23.7.2014)**

VI – ata da eleição de sua diretoria atual, registrada em cartório;

VII – balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

VIII – declaração de isenção de Imposto de Renda; e

IX – inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

~~**Parágrafo único.** O requisito constante no inciso V deste artigo poderá ser comprovado mediante atestado fornecido pela Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, ou por um Juiz de Direito, ou por um Promotor de Justiça, ou por um Delegado de Polícia.~~

**Paragrafo único.** O requisito constante no inciso V deste artigo deverá ser comprovado mediante apresentação de Certidão de Antecedentes Criminais, fornecidos pela Polícia Civil e Federal. (Redação dada pela Lei nº 4.367, de 23.7.2014)

**Art. 4º** As sociedades, associações ou fundações declaradas de utilidade pública farão registro, em livro especial, de acesso público, da Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, que se destinará, também, à averbação das remessas dos relatórios, a que se refere o artigo 5º.

**Art. 5º** As entidades declaradas de utilidade pública salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, a critério da autoridade competente, ficam obrigadas a apresentar, até o dia 30 de abril de cada ano, à Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, relatório circunstanciado dos serviços que houverem prestado à coletividade no ano anterior, devidamente comprovado no demonstrativo das receitas e das despesas realizadas no período, ainda que tenham sido subvencionadas pelo Poder Público Municipal.

**Art. 6º** As entidades já detentoras de título de utilidade pública deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, da publicação desta lei, fazer sua inscrição na Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, a fim de habilitarem-se aos posteriores auxílios e subvenções a serem concedidos pelo Poder Público Municipal.

**Art. 7º** O descumprimento de qualquer exigência prevista nesta lei ou o desvirtuamento das suas finalidades, cuja apuração se fará em processo administrativo, instaurado pela Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, ou mediante representação de qualquer interessado, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, poderá acarretar o cancelamento da declaração de utilidade pública da entidade infratora, sem prejuízo da ação judicial cabível.

**Parágrafo único.** Constatada a existência da infração, cometida por entidade declarada de utilidade pública, o Chefe do Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei objetivando a revogação do benefício.

**Art. 8º** Somente poderão receber auxílios, subvenções e contribuições do Poder Público Municipal, as entidades que sejam portadoras da declaração de Utilidade Pública.

**Art. 9º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as constantes das leis nº 1.046, de 2 de julho de 1991 e nº 2.146, de 12 de abril de 2002.






# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Esta lei decorre do projeto de lei nº 30/2004, de autoria dos vereadores Arcedinos de Fragas – PMDB, Clóvis Gresele – PP, Dirceu Dimas Pereira – PPS, Enio Ruaro – PP, Laurinha Luiza Dall'Igna – PP, Nelson Bertani – PDT, Nereu Faustino Ceni – PC do B, Pedro Martins de Mello – PFL, Silvio Hasse – PDT, Valmir Tasca – PFL, Vilmar Maccari – PDT e Vilson Dala Costa – PMDB.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 1º de junho de 2004.

  
Dirceu Dimas Pereira  
Presidente



**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR

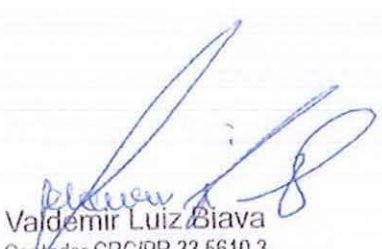


## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito que a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR-PROBEM com sede à Rua Pedro Ramires de Mello 190, Centro, CEP 85501-250, Pato Branco, PR encontra-se em efetivo e contínuo funcionamento do Município

Declarando ser verdade, firmo a presente

Pato Branco, PR, 25 de setembro de 2020

  
Valdemir Luiz Biava  
Contador CRC/PR 33.5610.3  
CPF 604.339.149.04





**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E O BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR

## ESTATUTO SOCIAL

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E OBJETIVO



Art. 1º. A: "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E O BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR-PROBEM", com sede e foro à Rua Itabira, 312, CEP 85502-000 na cidade de PATO BRANCO, Estado do PARANÁ, é uma associação de assistência social sem fins econômicos que presta atendimento e assessoramento a família e pessoas carentes, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos nos termos da Lei nº 8.2, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela LEI Nº 12.470, DE 31 DE AGOSTO DE 2011 – DOU DE 1/09/2011, de caráter assistencial, filantrópico e cultural, sem quaisquer fins econômicos, com prazo de duração indeterminado e tem os seguintes objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

e) difundir e conscientizar as pessoas com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

IV- Enfrentamento da pobreza:

- a) Conscientização e difusão dos direitos previdenciários aos portadores de moléstias graves, deficiência física e idosos.
- b) Reintegração ao mercado de trabalho pessoas idosas, com deficiência ou que tenha qualquer outras restrição física ou com preconceitos social. (ex-detentos, portadores de moléstia grave).

V- Prestar serviços, executar programas ou projetos que concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

VI- Dar e assessoramento de forma continuada, permanente e planejada, prestar serviços e executar programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais da sociedade como um todo, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social,



**PROBEM**

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**



VII- Garantir e defender os direitos de forma continuada, permanente e planejada, executar programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

VIII – Promover programas de combate a deficiência química, que consiste em identificar pessoas dependência química oferecendo apoio através de ações de combate a dependência e reintegração a sociedade, trabalho promovendo a inclusão social.

IX- Promover programas, palestras e ações de tenham como objetivo diminuir a dependência de pessoas com limitações física e culturais;

X)-Organizar, promover atividades culturais, esportivas e educacionais ao público alvo, tais como: treinamentos, conferências, seminários, exposições, jogos esportivos, gincanas, teatros e outras formas de divulgação das atividades da associação.

XI- Captar recursos junto a instituições nacionais e internacionais, para financiamento de projetos e/ou programas próprios ou de outras entidades com objetivos semelhantes aos da associação;

XII- Prestar serviços, produzir e vender produtos decorrentes de suas atividades, cujas receitas deverão ser aplicadas em projetos compatíveis com os objetivos sociais da Associação Saúde da Família, podendo, inclusive licenciar ou ceder marca e direitos autorais;

XIII- Desenvolver quaisquer outras atividades eventualmente necessárias à realização dos objetivos da instituição.

- a) adquirir e distribuir medicamentos;
- b) formalizar convênios com profissionais da área de saúde, hospitais, farmácias, etc.
- c) colaborar com instituições religiosas e de outros movimentos sociais.
- d) realizar qualquer atividade de cunho social abrangido por lei.

§ 1º. A fim de cumprir suas finalidades a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias e regimentais que passarão a ter o nome de CLUBE DA FAMÍLIA.

§ 2º. No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião, quanto aos seus assistidos.

## **CAPÍTULO II**

### **ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES**

Dos Colaboradores, sua Admissão, Direitos e Deveres.

Art. 2º. A associação compor-se-á de ilimitado número de colaboradores, pessoas físicas, maiores de 18 anos ou emancipados que, adotando os princípios ecológicos, a ele se associem com aceitação das obrigações decorrentes desse ato.

Rua Itabira, 312, Jardim das Américas, CEP 85502-000 - Pato Branco - PR





**PROBEM**

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**



Art. 3º. Dividem-se os colaboradores nas seguintes categorias:

- a) Fundadores: são aqueles que assinaram a ata de constituição, dando o apoio necessário à Associação, bem como os que fizeram parte da sua primeira Diretoria;
- b) Contribuintes: são os colaboradores que contribuem monetariamente na forma fixada pela Assembleia Geral;

§ 1º. A qualidade de fundador ou efetivo não isenta o colaborador da contribuição monetária fixada pela Diretoria.

§ 2º. Mediante deliberação da Diretoria, poderá ser admitido desde logo na categoria de efetivo todo aquele que, ao solicitar sua inclusão como contribuinte, já venha prestando colaboração gratuita ou relevantes serviços à associação.

§ 3º - A qualidade de colaborador é intransferível e, seja qual for a sua categoria, não será titular de nenhuma quota ou fração ideal de patrimônio da Associação.

§ 4º - Os colaboradores não serão reembolsados das contribuições que realizarem por ocasião da fundação da Associação ou que venham a realizar posteriormente em favor do mesmo.

Art. 4º. São direitos dos colaboradores:

- a) Participar das assembleias gerais e reuniões com direito a voz;
- b) sugerir à Diretoria, por escrito, medidas ou providências que contribuam para o aperfeiçoamento operacional da Associação, bem como denunciar qualquer irregularidade ou resolução que fira as suas normas doutrinárias, estatutárias ou regimentais;
- c) os colaboradores fundadores e efetivos, em pleno gozo de seus direitos, poderão, também, votar e ser votados e convocar Assembleia Geral nos termos do art. 12.

Art. 5º. São deveres de todos os colaboradores:

- a) estudar e praticar de ações ao bem estar da família;
- b) aceitar os encargos que lhes forem atribuídos, acatando as decisões dos órgãos dirigentes;
- c) contribuir com a mensalidade para a manutenção e desenvolvimento da Associação; e
- d) cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

Art. 6º. O colaborador será excluído do quadro social quando:

- a) deliberadamente solicitar sua exclusão através de ofício encaminhado ao presidente;
- b) praticar qualquer ato contrário a este estatuto ou que seja moral ou materialmente lesivos à Associação;
- c) deixar de recolher a contribuição por mais de um ano, após notificação prévia, por escrito.

Parágrafo único - Compete à Diretoria deliberar sobre a exclusão de colaborador, garantindo-lhe amplo direito de defesa através de recurso à Assembleia Geral.

Art. 7º. Os colaboradores não respondem subsidiária ou solidariamente pelas obrigações contraidas pela Associação, ressalvadas as responsabilidades decorrentes de atos culposos ou dolosos.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 8º. A Associação será administrado pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal
- a) Da Assembleia Geral



**PROBEM**

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**



Art. 9º. A Assembleia Geral órgão de deliberação soberano da Associação será constituída pelos colaboradores fundadores e efetivos em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 10. Compete à Assembleia Geral;

- a) eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b) destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c) decidir sobre as reformas do presente estatuto;
- d) decidir sobre a extinção da Associação;
- e) decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- f) aprovar o Regimento Interno;
- g) deliberar sobre o Plano de Atividades, o Relatório das Atividades sobre o Balanço Geral, após aprovação do Conselho Fiscal;
- h) deliberar, em grau de recurso sobre a exclusão de colaboradores.

Art. 11. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, para aprovar o Balanço Geral do exercício, o Plano de Atividades e o Relatório de Atividades e, trienalmente, para eleger e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Art. 12. As Assembleias Gerais Extraordinárias realizar-se-ão, quando convocadas pela Diretoria, Conselho Fiscal ou por requerimento de um quinto (1/5) dos colaboradores com direito a voto, para tratar, exclusivamente, dos assuntos constantes de sua pauta.

Art. 13. As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de dois terços (2/3) dos colaboradores com direito a voto e, em segunda convocação, meia hora depois da primeira com qualquer número de colaboradores presentes.

§ 1º. Para deliberar sobre a extinção da Associação será necessária a concordância de no mínimo dois terços (2/3) dos presentes à assembleia especialmente convocada para a finalidade, devendo estar presentes em primeira convocação a maioria absoluta dos colaboradores e um terço (1/3) nas demais convocações.

§ 2º. A convocação da Assembleia Geral Ordinária será feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e da extraordinária com antecedência mínima de 7 (sete) dias, por meio de edital afixado em local visível na sede da Associação e entregue a todos os colaboradores, pessoalmente, via postal ou correio eletrônico. Do edital deverá constar a pauta a ser discutida e, quando da eleição de novos dirigentes, os nomes dos candidatos.

b) Da Diretoria

Art. 14. A Diretoria será constituída por: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Diretor Secretário e Primeiro e Segundo Diretor Tesoureiro.

Parágrafo único: A Diretoria será eleita e empossada pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 15. O cargo de Diretor ficará vago por:

- a) óbito;
- b) renúncia;
- c) ausência, por três vezes consecutivas, sem justificativa aceita pelos demais membros da Diretoria ou afastamento voluntário justificado superior a cinquenta por cento das reuniões ordinárias anuais; e
- d) destituição por atos incompatíveis com as finalidades da Associação ou desinteresse pelas suas atividades.

*[Handwritten signature]*





**PROBEM**

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E AO BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**



Parágrafo único: Os cargos vagos serão preenchidos de conformidade com os artigos subsequentes. Caberá à Assembleia Geral decidir sobre a destituição, assegurando-se ao interessado amplo direito de defesa.

**Art. 16. Compete ao Diretor Presidente:**

- a) Representar a Associação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- b) Dirigir as reuniões da Diretoria e instalar as Assembleias Gerais, cujas convocações lhe compete fazer, ressalvados os direitos de convocação pelos colaboradores ou demais membros da Diretoria;
- c) Acompanhar e supervisionar as atividades de todos os departamentos instalados;
- d) Firmar, juntamente com o Tesoureiro, os documentos necessários à movimentação do numerário disponível;
- e) Praticar todos os atos necessários inerentes ao seu cargo.

**Art. 17. Compete ao Diretor Vice Presidente:**

- a) substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos assumindo o mandato até o seu final em caso de vacância;
- b) auxiliar na administração da Associação;
- c) coordenar e administrar o patrimônio da Associação;

**Art. 18. Compete ao Primeiro Diretor Secretário:**

- a) Substituir o Vice-Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Organizar o livro dos colaboradores e emitir correspondência em nome da Fundação;
- c) Coordenar os serviços administrativos da Secretaria;
- d) Redigir as Atas de Reuniões de Diretoria e de Assembleias Gerais responsabilizando-se pelos seus registros;
- e) Elaborar os Relatórios de Atividades e os Planos de Atividades anuais;
- f) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

**Art. 19. Compete ao 1º Diretor Tesoureiro:**

- a) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos colaboradores, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- b) Efetuar os pagamentos autorizados assinando, juntamente com o Presidente, os documentos necessários à movimentação do numerário disponível;
- c) Elaborar a Proposta Orçamentária e o Balanço anual, afixando-os em local visível para conhecimento de todos;
- d) Conservar sob a sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à Tesouraria, e Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados pela Assembleia Geral, Diretoria ou Conselho Fiscal;
- e) Administrar os fundos e rendas da Associação;
- f) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

**Art. 20. Compete ao Segundo Diretor Secretário e Segundo Diretor Tesoureiro:**

- a) Substituir os primeiros em suas ausências ou impedimentos;
- b) Prestar toda a colaboração necessária nas tarefas dos primeiros, apresentando-lhes sugestões para melhor organização e produtividade dos trabalhos;
- c) Assumir o seu mandato em caso de vacância.

**Art. 21. Poderão ser criados departamentos especializados conforme as necessidades e porte da Associação, podendo um mesmo dirigente acumular mais de um departamento.**



**PROBEM**

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E O BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**

Parágrafo Único: Compete à Diretoria, por decisão da maioria de seus membros, designar ou dispensar os dirigentes dos departamentos.

c) Do Conselho Fiscal

Art. 22. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, eleitos pela mesma Assembleia Geral que eleger a Diretoria, para um período de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo único - Os suplentes prestarão toda a colaboração necessária ao trabalho dos efetivos e os substituirão em suas faltas ou impedimentos ou vacâncias.

Art. 23. O cargo de Conselheiro ficará vago por:

e) óbito;

f) renúncia;

g) ausência, por três vezes consecutivas, sem justificativa aceita pelos demais Conselheiros ou afastamento voluntário justificado superior a cinquenta por cento das reuniões anuais; e

h) destituição por atos incompatíveis com as finalidades da Associação ou desinteresse pelas suas atividades.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

a) Examinar os documentos e livros em uso pela Diretoria, levantando quaisquer irregularidades e fazendo a respectiva comunicação à própria Diretoria ou à Assembleia Geral, conforme o caso

b) Emitir pareceres escritos sobre qualquer matéria relacionada com o setor financeiro da Associação.

c) Supervisionar e emitir, sempre por escrito, pareceres sobre a evolução doutrinária da Associação.

d) Analisar o balanço geral de encerramento do exercício, submetendo o relatório final à apreciação da Assembleia Geral Ordinária.

#### **CAPÍTULO IV DO PROCESSO ELEITIVO**

Art. 25. O edital da convocação para eleições, que será realizada em assembleia geral eletiva, será divulgado 30 (trinta) dias antes da data da eleição, local e horário da realização da eleição.

Art. 26- O registro de chapas, com anuência expressa dos candidatos, se fará na secretaria da associação por chapa integrada por Diretoria e Conselho Fiscal. O requerimento, contendo o nome dos candidatos e respectivos cargos, deverá ser protocolado até 20 (vinte) dias antes da data da eleição.

Parágrafo único- Serão considerados elegíveis, somente os associados efetivos que estiverem em pleno gozo de seus direitos, com no mínimo um ano de participação, com exceção da primeira diretoria fundadora da associação.

Art. 27- Compete a diretoria, até 5 (cinco), dias após o término do prazo para registro das Chapas de Candidatos, verificar sua regularidade, bem como decidir sobre eventuais impugnação apresentada em igual prazo de registro.

Art. 28- Para a instalação da Assembleia Geral eletiva, será exigido em primeira convocação, quorum de 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos associados, com direito a voto e em seguida, com qualquer número de associados, após intervalo de 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

Art. 29- A posse dos membros eleitos para a Diretoria e Conselho Fiscal, se realizará na própria Assembleia Geral de eleição, devendo lavrar a Ata em livro próprio, firmado por todos os membros empossados e demais presentes na Assembleia e posteriormente registrada no Cartório de Títulos e Documentos e pessoa jurídica.

Rua Itabora 312, Jardim das Américas, CEP 83302-000 - Pato Branco - PR







**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E O BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



## **CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO PATRIMÔNIO**

Art. 30. Os recursos necessários para a manutenção da Associação serão obtidos:

- a) das contribuições dos colaboradores;
- b) do produto proveniente de campanhas, festividades ou outra arrecadação de fundos;
- c) de eventuais subvenções dos poderes públicos de doações de terceiros; ou
- d) da venda de produtos reciclados e recicláveis;
- e) da revenda de produtos ou subprodutos;
- f) de qualquer outro produtos produzido pela associação;
- g) de quaisquer outras fontes de renda, auferidas com o único objetivo de dar a Associação condições de atender às suas finalidades.

Parágrafo único: A totalidade da renda ou receita auferida pela Associação será aplicada na constituição, conservação e ampliação do patrimônio social e das obras filantrópicas, estritamente para cumprimento dos seus objetivos sociais, bem como na expansão de suas atividades, sempre dentro do país.

Art. 31. A Associação poderá manter contas bancárias, cujos saldos deverão ser aplicados em qualquer modalidade de investimento seguro que melhor remunere o capital aplicado, com vistas a evitar a desatualização do mesmo, quando este não tiver melhor destino.

Art. 32. A Associação manterá escrituração de suas receitas, bem como de seu ativo e passivo de forma a demonstrar a perfeita exatidão financeira de suas atividades.

Art. 33. O exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 34. O patrimônio da Associação será constituído, dentre outros, de bens móveis, imóveis, veículos, ações e títulos da dívida pública.

Art. 35. Os bens imóveis da Associação não poderão ser onerados, vendidos, permutados ou de qualquer forma alienados, sem autorização da Assembleia Geral, convocada especialmente para essa finalidade e com presença mínima de 2/3 (dois terços) dos colaboradores no gozo de seus direitos estatutários.

Art. 36. Em caso de dissolução da Associação, por absoluta falta de meios para continuar funcionando, por sentença judicial irrecorrível, ou por deliberação de mais de 2/3 (dois terços) dos colaboradores com direito a voto, presentes na Assembleia Geral convocada especialmente para esta finalidade, a totalidade de seu patrimônio se reverterá em benefício de outra entidade, legalmente constituída, funcionando na localidade ou, em falta desta, a outra Associação, indicado pelo Órgão Federativo do Estado.

## **CAPÍTULO VI DO SUPERÁVIT**

Art. 37. Caso a associação possuir superávit entre receita e despesas, este valor poderá, mediante aprovação da assembleia geral, ser destinados para fins de recuperação de dependente químicos, ou ser doado para outra associação filantrópica de ajuda humanitária.

*[Handwritten signature]*  
11



**PROBEM**

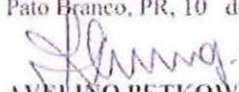
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR

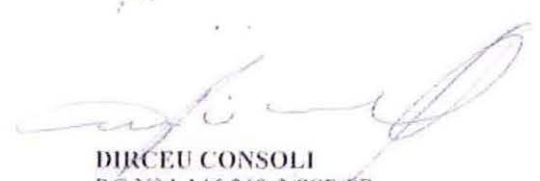
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 38. É vedada a remuneração bem como a distribuição de lucros, a diretores, conselheiros, e demais colaboradores.

Art. 39. O presente estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, inclusive mudando as disposições que dizem respeito à natureza do bem estar da família da associação.

Pato Branco, PR, 10 de abril de 2012

  
**AVELINO PETKOWICZ**  
RG N° 1.146.269-3/SSP/PR  
CPF N° 241.721.549-72  
-Diretor Presidente

  
**DIRCEU CONSOLI**  
RG N° 1.146.269-3/SSP/PR  
CPF N° 241.721.549-72  
-Advogado/OAB/PR N° 51.498







Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica  
Rua Espírito Santo, nº 140 - Fone: (41) 3222-2400 - Pato Branco - PR  
Abogado Vieira Samara - Oficial

Protocolado e Microfilmado sob nº 0052673

Registrado sob nº 0001427/02 Livro A

Pato Branco, 20 de abril de 2012

Ivanete Cleir Correa Escrivã





**PROBLEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR-PROBLEM**

Aos 10 (dez) dias do mês de abril de (2012) dois mil e doze, às 20:00 reuniram-se as seguintes pessoas, Avelino Petkowicz, João Carlos Peppe, Dirceu Consoli, Maria De Fátima Moreira Dos Santos, Iladio Ademar Ribeiro, José Milton Da Costa, Paulo Henrique Damasceno, Valmir Francisco Cesca, Adriana Da Silva Boscatto, Ana Maria Conte, Valdemir Luiz Biava, Para Tratar Da Fundação De Uma "Associação De Proteção A Saúde E O Bem Estar Do Movimento Familiar, sem fins econômicos, com base na Lei nº 8.2, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela LEI Nº 12.470, DE 31 DE AGOSTO DE 2011 – DOU DE 1/09/2011, que terá sua sede e foro na cidade de Pato Branco Estado do Paraná, à Rua Itabira, 312, CEP 85502-000. A reunião teve início às 20:00 horas tendo sido indicado pelos presentes para presidir-la o Sr. Avelino Petkowicz, que nomeou a mim, VALDEMIR LUIZ BIAVA, para secretariar a reunião. O Sr. Presidente, expôs que o motivo da reunião era a fundação de uma Associação De Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar. Colocada em votação a denominação da associação nome escolhido foi: Associação De Proteção A Saúde E O Bem Estar Do Movimento Familiar - PROBLEM, que foi aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, foi apresentado o esboço do estatuto em documento à parte que, depois de lido, foi aprovado por todos e passa a reger a associação, constituindo parte integrante da presente ata. Em continuação, foi submetida à apreciação e aprovados por unanimidade, os nomes dos membros que deverão compor a primeira Diretoria, com mandato para 02 (dois) anos, com início nesta data até 09 abril de 2014, formada pelos seguintes pessoas: Diretor Presidente: Avelino Petkowicz, Diretor Vice-Presidente: João Carlos Peppe, 1º Diretor Secretário: Dirceu Consoli, 2º Diretor Secretário: Maria De Fátima Moreira Dos Santos, 1º Diretor Tesoureiro: Iladio Ademar Ribeiro, 2º Diretor Tesoureiro: José Milton Da Costa. Conselho Fiscal: Paulo Henrique Damasceno, Valmir Francisco Cesca E Adriana Da Silva Boscatto. Suplentes Do Conselho Fiscal: Ana Maria Conte E Valdemir Luiz Biava. Também foi nomeado como assessores as seguintes pessoas: Assessor técnico contábil: Valdemir Luiz Biava e assessor jurídico: Dirceu Consoli. Assim composta a diretoria o Presidente declarou empossada a primeira Diretoria e ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como não houve qualquer manifestação e nada mais tendo a tratar, encerrou a reunião agradecendo os presentes, pediu que eu, Valdemir Luiz Biava, Secretário Ad Hoc, lavrasse a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por mim e por todos os presentes.

AVELINO PETKOWICZ

JOÃO CARLOS PEPPE

DIRCEU CONSOLI

ILADIO ADEMAR RIBEIRO

PAULO HENRIQUE DAMASCENO

VALMIR FRANCISCO CESCA

ANA MARIA CONTE

ADRIANA DA SILVA BOSCATTO

VALDEMIR LUIZ BIAVA

MARIA DE FÁTIMA MOREIRA DOS SANTOS

JOSÉ MILTON DA COSTA





Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica  
Instituto de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica  
Aboqil Vieira Samara - Oficial

Protocolado e Microfilmado sob nº 0052072  
Registrado sob nº 0001427/01 Livro A  
Pato Branco, 20 de Maio de 2012  
Ivanete Clara Correia de Azeite

RECEBIMOS  
TÍT E DOC  
E PESSOAS  
JURÍDICAS  
DPB86610



**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E O BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



## ESTATUTO SOCIAL

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E OBJETIVO

Art. 1º. A: "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E O BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR-PROBEM", com sede e foro à Rua Pedro Ramires de Mello, 190, Centro, CEP 85501-250, Pato Branco, Estado do PARANÁ, é uma associação de assistência social sem fins econômicos que presta atendimento e assessoramento a família e pessoas carentes, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos nos termos da Lei nº 8.2, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela LEI Nº 12.470, DE 31 DE AGOSTO DE 2011 – DOU DE 1/09/2011, de caráter assistencial, filantrópico e cultural, sem quaisquer fins econômicos, com prazo de duração indeterminado e tem os seguintes objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

e) difundir e conscientizar as pessoas com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

IV- Enfrentamento da pobreza:

- a) Conscientização e difusão dos direitos previdenciários aos portadores de moléstias graves, deficiência física e idosos.
- b) Reintegração ao mercado de trabalho pessoas idosas, com deficiência ou que tenha qualquer outras restrição física ou com preconceitos social. (ex-detentos, portadores de moléstia grave).

V- Prestar serviços, executar programas ou projetos que concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

VI- Dar e assessoramento de forma continuada, permanente e planejada, prestar serviços e executar programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais da sociedade como um todo, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social,





**PROBEM**

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**



VII- Garantir e defender os direitos de forma continuada, permanente e planejada e prestam serviços e executar programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

VIII – Promover programas de combate a deficiência química, que consiste em identificar pessoas dependência química oferecendo apoio através de ações de combate a dependência e reintegração a sociedade, trabalho promovendo a inclusão social.

IX- Promover programas, palestras e ações de tenham como objetivo diminuir a dependência de pessoas com limitações físicas e culturais.

X)-Organizar, promover atividades culturais, esportivas e educacionais ao público alvo, tais como: treinamentos, conferências, seminários, exposições, jogos esportivos, gincanas, teatros e outras formas de divulgação das atividades da associação.

XI- Captar recursos junto a instituições nacionais e internacionais, para financiamento de projetos e/ou programas próprios ou de outras entidades com objetivos semelhantes aos da associação;

XII- Prestar serviços, produzir e vender produtos decorrentes de suas atividades, cujas receitas deverão ser aplicadas em projetos compatíveis com os objetivos sociais da Associação Saúde da Família, podendo, inclusive licenciar ou ceder marca e direitos autorais;

XIII- Desenvolver quaisquer outras atividades eventualmente necessárias à realização dos objetivos da instituição.

- a) Adquirir e distribuir medicamentos;
- b) Formalizar convênios com profissionais da área de saúde, hospitais, farmácias, etc.
- c) Colaborar com instituições religiosas e de outros movimentos sociais.
- d) Realizar qualquer atividade de cunho social abrangido por lei.

§ 1º. A fim de cumprir suas finalidades a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias e regimentais que passarão a ter o nome de CLUBE DA FAMÍLIA.

§ 2º. No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião, quanto aos seus assistidos.

## **CAPÍTULO II**

### **ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES**

Dos Colaboradores, sua Admissão, Direitos e Deveres.

Art. 2º. A associação compor-se-á de ilimitado número de colaboradores, pessoas físicas, maiores de 18 anos ou emancipados que, adotando os princípios ecológicos, a ele se associem com aceitação das obrigações decorrentes desse ato.





**PROBEM**

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**



Art. 3º. Dividem-se os colaboradores nas seguintes categorias:

- a) Fundadores: são aqueles que assinaram a ata de constituição, dando o apoio necessário à fundação da Associação, bem como os que fizeram parte da sua primeira Diretoria;
- b) Contribuintes: são os colaboradores que contribuem monetariamente na forma fixada pela Assembleia Geral;

§ 1º. A qualidade de fundador ou efetivo não isenta o colaborador da contribuição monetária fixada pela Diretoria.

§ 2º. Mediante deliberação da Diretoria, poderá ser admitido desde logo na categoria de efetivo todo aquele que, ao solicitar sua inclusão como contribuinte, já venha prestando colaboração gratuita ou relevantes serviços à associação.

§ 3º - A qualidade de colaborador é intransferível e, seja qual for a sua categoria, não será titular de nenhuma quota ou fração ideal de patrimônio da Associação.

§ 4º - Os colaboradores não serão reembolsados das contribuições que realizarem por ocasião da fundação da Associação ou que venham a realizar posteriormente em favor do mesmo.

Art. 4º. São direitos dos colaboradores:

- a) Participar das assembleias gerais e reuniões com direito a voz;
- b) sugerir à Diretoria, por escrito, medidas ou providências que contribuam para o aperfeiçoamento operacional da Associação, bem como denunciar qualquer irregularidade ou resolução que fira as suas normas doutrinárias, estatutárias ou regimentais;
- c) os colaboradores fundadores e efetivos, em pleno gozo de seus direitos, poderão, também, votar e ser votados e convocar Assembleia Geral nos termos do art. 12.

Art. 5º. São deveres de todos os colaboradores:

- a) **estudar e praticar de ações ao bem estar da família;**
- b) **aceitar os encargos que lhes forem atribuídos, acatando as decisões dos órgãos dirigentes;**
- c) **contribuir com a mensalidade para a manutenção e desenvolvimento da Associação, e,**
- d) **cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.**

Art. 6º. O colaborador será excluído do quadro social quando:

- a) deliberadamente solicitar sua exclusão através de ofício encaminhado ao presidente;
- b) praticar qualquer ato contrário a este estatuto ou que seja moral ou materialmente lesivos a Associação.
- c) deixar de recolher a contribuição por mais de um ano, após notificação prévia, por escrito.

Parágrafo único - Compete à Diretoria deliberar sobre a exclusão de colaborador, garantindo-lhe amplo direito de defesa através de recurso à Assembleia Geral.

Art. 7º. Os colaboradores não respondem subsidiária ou solidariamente pelas obrigações contraídas pela Associação, ressalvadas as responsabilidades decorrentes de atos culposos ou dolosos.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 8º. A Associação será administrada pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal
- a) Da Assembleia Geral





**PROBEM**

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**



Art. 9º. A Assembleia Geral órgão de deliberação soberano da Associação será constituída pelos colaboradores fundadores e efetivos em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 10. Compete à Assembleia Geral:

- a) eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b) destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c) decidir sobre as reformas do presente estatuto;
- d) decidir sobre a extinção da Associação;
- e) decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- f) aprovar o Regimento Interno;
- g) deliberar sobre o Plano de Atividades, o Relatório das Atividades sobre o Balanço Geral, após aprovação do Conselho Fiscal;
- h) deliberar, em grau de recurso sobre a exclusão de colaboradores.

Art. 11. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, para aprovar o Balanço Geral do exercício, o Plano de Atividades e o Relatório de Atividades e, trienalmente, para eleger e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Art. 12. As Assembleias Gerais Extraordinárias realizar-se-ão, quando convocadas pela Diretoria, Conselho Fiscal ou por requerimento de um quinto (1/5) dos colaboradores com direito a voto, para tratar, exclusivamente, dos assuntos constantes de sua pauta.

Art. 13. As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de dois terços (2/3) dos colaboradores com direito a voto e, em segunda convocação, meia hora depois da primeira com qualquer número de colaboradores presentes.

§ 1º. Para deliberar sobre a extinção da Associação será necessária a concordância de no mínimo dois terços (2/3) dos presentes à assembleia especialmente convocada para a finalidade, devendo estar presentes em primeira convocação a maioria absoluta dos colaboradores e um terço (1/3) nas demais convocações.

§ 2º. A convocação da Assembleia Geral Ordinária será feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e da extraordinária com antecedência mínima de 7 (sete) dias, por meio de edital afixado em local visível na sede da Associação e entregue a todos os colaboradores, pessoalmente, via postal ou correio eletrônico. Do edital deverá constar a pauta a ser discutida e, quando da eleição de novos dirigentes, os nomes dos candidatos.

b) Da Diretoria

Art. 14. A Diretoria será constituída por: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Diretor Secretário e Primeiro e Segundo Diretor Tesoureiro.

Parágrafo único: A Diretoria será eleita e empossada pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 15. O cargo de Diretor ficará vago por:

- a) óbito;
- b) renúncia;
- c) ausência, por três vezes consecutivas, sem justificativa aceita pelos demais membros da Diretoria ou afastamento voluntário justificado superior a cinquenta por cento das reuniões ordinárias anuais; e,
- d) destituição por atos incompatíveis com as finalidades da Associação ou desinteresse pelas suas atividades.





**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



Parágrafo único: Os cargos vagos serão preenchidos de conformidade com os artigos subsequentes. Caberá à Assembleia Geral decidir sobre a destituição, assegurando-se ao interessado amplo direito de defesa.

Art. 16. Compete ao Diretor Presidente:

- a) Representar a Associação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente.
- b) Dirigir as reuniões da Diretoria e instalar as Assembléias Gerais, cujas convocações lhe compete fazer, ressalvados os direitos de convocação pelos colaboradores ou demais membros da Diretoria;
- c) Acompanhar e supervisionar as atividades de todos os departamentos instalados.
- d) Firmar, juntamente com o Tesoureiro, os documentos necessários à movimentação do numerário disponível;
- e) Praticar todos os atos necessários inerentes ao seu cargo.

Art. 17. Compete ao Diretor Vice Presidente:

- a) substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos assumindo o mandato até o seu final em caso de vacância.
- b) auxiliar na administração da Associação;
- c) coordenar e administrar o patrimônio da Associação;

Art. 18. Compete ao Primeiro Diretor Secretário:

- a) Substituir o Vice-Presidente em suas faltas ou impedimentos.
- b) Organizar o livro dos colaboradores e emitir correspondência em nome da Fundação.
- c) Coordenar os serviços administrativos da Secretaria.
- d) Redigir as Atas de Reuniões de Diretoria e de Assembléias Gerais responsabilizando-se pelos seus registros.
- e) Elaborar os Relatórios de Atividades e os Planos de Atividades anuais;
- f) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

Art. 19. Compete ao 1º Diretor Tesoureiro:

- a) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos colaboradores, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- b) Efetuar os pagamentos autorizados assinando, juntamente com o Presidente, os documentos necessários à movimentação do numerário disponível;
- c) Elaborar a Proposta Orçamentária e o Balanço anual, afixando-os em local visível para conhecimento de todos;
- d) Conservar sob a sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à Tesouraria;
- e) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados pela Assembléia Geral, Diretoria ou Conselho Fiscal;
- f) Administrar os fundos e rendas da Associação;
- g) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

Art. 20. Compete ao Segundo Diretor Secretário e Segundo Diretor Tesoureiro:

- a) Substituir os primeiros em suas ausências ou impedimentos.
- b) Prestar toda a colaboração necessária nas tarefas dos primeiros, apresentando-lhes sugestões para melhor organização e produtividade dos trabalhos;
- c) Assumir o seu mandato em caso de vacância.

Art. 21. Poderão ser criados departamentos especializados conforme as necessidades e porte da Associação, podendo um mesmo dirigente acumular mais de um departamento.





**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



Parágrafo Único: Compete à Diretoria, por decisão da maioria de seus membros, designar ou dispensar os dirigentes dos departamentos.

c) Do Conselho Fiscal

Art. 22. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, eleitos pela mesma Assembléia Geral que eleger a Diretoria, para um período de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo único - Os suplentes prestarão toda a colaboração necessária ao trabalho dos efetivos e os substituirão em suas faltas ou impedimentos ou vacância.

Art. 23. O cargo de Conselheiro ficará vago por:

e) óbito;

f) renúncia;

g) ausência, por três vezes consecutivas, sem justificativa aceita pelos demais Conselheiros ou afastamento voluntário justificado superior a cinquenta por cento das reuniões anuais; e

h) destituição por atos incompatíveis com as finalidades da Associação ou desinteresse pelas suas atividades.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

a) Examinar os documentos e livros em uso pela Diretoria, levantando quaisquer irregularidades e fazendo a respectiva comunicação à própria Diretoria ou à Assembléia Geral, conforme o caso.

b) Emitir pareceres escritos sobre qualquer matéria relacionada com o setor financeiro da Associação;

c) Supervisionar e emitir, sempre por escrito, pareceres sobre a evolução doutrinária da Associação.

d) Analisar o balanço geral de encerramento do exercício, submetendo o relatório final à apreciação da Assembléia Geral Ordinária.

#### **CAPÍTULO IV DO PROCESSO ELETIVO**

Art.25. O edital da convocação pra eleições, que será realizada em assembleia geral eletiva, será divulgado 30 (trinta) dias antes da data da eleição, local e horário da realização da eleição.

Art. 26- O registro de chapas, com anuência expressa dos candidatos, se fará na secretaria da associação por chapa integrada por Diretoria e Conselho Fiscal. O requerimento, contendo o nome dos candidatos e respectivos cargos, deverá ser protocolado até 20 (vinte) dias antes da data da eleição.

Parágrafo único- Serão considerados elegíveis, somente os associados efetivos que estiverem em pleno gozo de seus direitos, com no mínimo um ano de participação, com exceção da primeira diretoria, fundadora da associação.

Art. 27-Compete a diretoria, até 5 (cinco), dias após o término do prazo para registro das Chapas de Candidatos, verificar sua regularidade, bem como decidir sobre eventuais impugnação apresentada em igual prazo de registro.

Art.28- Para a instalação da Assembléia Geral eletiva, será exigido em primeira convocação, quorum de 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos associados, com direito a voto e em seguida, com qualquer número de associados, após intervalo de 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

Art. 29- A posse dos membros eleitos para a Diretoria e Conselho Fiscal, se realizará na própria Assembléia Geral de eleição, devendo lavrar a Ata em livro próprio, firmado por todos os membros empossados e demais presentes na Assembléia e posteriormente registrada no Cartório de Títulos e Documentos e pessoa jurídica.





**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



## **CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO PATRIMÔNIO**

Art. 30. Os recursos necessários para a manutenção da Associação serão obtidos:

- a) das contribuições dos colaboradores;
- b) do produto proveniente de campanhas, festividades ou outra arrecadação de fundos;
- c) de eventuais subvenções dos poderes públicos de doações de terceiros; ou,
- d) da venda de produtos reciclados e recicláveis;
- e) da revenda de produtos ou subprodutos;
- f) de quaisquer outros produtos produzidos pela associação;
- g) de quaisquer outras fontes de renda, auferidas com o único objetivo de dar a Associação condições de atender às suas finalidades.

Parágrafo único: A totalidade da renda ou receita auferida pela Associação será aplicada na constituição, conservação e ampliação do patrimônio social e das obras filantrópicas, estritamente para cumprimento dos seus objetivos sociais, bem como na expansão de suas atividades, sempre dentro do país.

Art. 31. A Associação poderá manter contas bancárias, cujos saldos deverão ser aplicados em qualquer modalidade de investimento seguro que melhor remunere o capital aplicado, com vistas a evitar a desatualização do mesmo, quando este não tiver melhor destino.

Art. 32. A Associação manterá escrituração de suas receitas, bem como de seu ativo e passivo de forma a demonstrar a perfeita exatidão financeira de suas atividades.

Art. 33. O exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 34. O patrimônio da Associação será constituído, dentre outros, de bens móveis, imóveis, veículos, ações e títulos da dívida pública.

Art. 35. Os bens imóveis da Associação não poderão ser onerados, vendidos, permutados ou de qualquer forma alienados, sem autorização da Assembléia Geral, convocada especialmente para essa finalidade e com presença mínima de 2/3 (dois terços) dos colaboradores no gozo de seus direitos estatutários.

Art. 36. Em caso de dissolução da Associação, por absoluta falta de meios para continuar funcionando, por sentença judicial irrecurável, ou por deliberação de mais de 2/3 (dois terços) dos colaboradores com direito a voto, presentes na Assembléia Geral convocada especialmente para esta finalidade, a totalidade de seu patrimônio se reverterá em benefício de outra entidade, legalmente constituída, funcionando na localidade ou, em falta desta, a outro Associação, indicado pelo Órgão Federativo do Estado.

## **CAPÍTULO VI DO SUPERÁVIT**

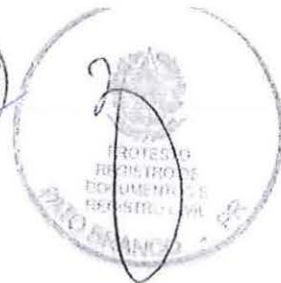
Art. 37. Caso a associação possuir superávit entre receita e despesas, este valor poderá, mediante aprovação da assembléia geral, ser destinados para fins de recuperação de dependente químicos, ou ser doado para outra associação filantrópica de ajuda humanitária.





**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E O BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. É vedada a remuneração bem como a distribuição de lucros, a diretores, conselheiros, e demais colaboradores.

Art. 39. O presente estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, inclusive mudando as disposições que dizem respeito à natureza do bem estar da família da associação.

Pato Branco, PR, 15 de Julho de 2020.

**VILMA TEREZINHA MOLINETE**

RG Nº 6004343-4/SESP-PR

CPF Nº 034.462.549-43

-Diretor Presidente

**TATIANE DEBORA DOS SANTOS**

RG Nº 10.328.712-0/SESP/PR

CPF Nº 069.500.809-99

-Advogada/OAB/PR Nº 81903/PR



Emolumentos	
Funrejus	19,30
Funarpen	8,67
Funarpen	1,17
Distribuidor	9,02
Microfilme	0,97
Issqn	0,88
Fadep	0,97
Total	R\$ 40,28
	VRC 100,00

**Cartório Vieira**  
Oficina: ADEBAIL VIEIRA SAMARA | Substituta: JAQUELINE SAMARA  
Rua Tapajós, 152 - 4º andar - CEP: 85501-045 - Pato Branco/PR  
Fone: (41) 3225-2455 - e-mail: cartorio@cartoriovieira.com

**PROTOCOLADO E MICROFILMADO**  
Nº 0078101  
Registrado sob nº 0001427/06 - Livro A  
Pato Branco-PR. 18 de agosto de 2020.

**Zaqueu Batista de Oliveira-Escrevente**  
Ido Digital-4R7qG.pVYq8.Ivj8, Controle: E7HLx.4pp6Y  
Consulte em <http://www.funarpen.com.br>



**PROBEM**



## **ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A SAUDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**

### **Relatório de ações**

A associação ajuda famílias em pequenas reformas de moradias, com material que é arrecado entre os membros e doações de voluntários.



Trabalho Social - Reforma de moradias





**PROBEM**



## **ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A SAUDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**

Presta auxílio às famílias com doação de alimentos, roupas, calçados e cobertores arrecadados na comunidade.





**PROBEM**



## ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A SAUDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



Trabalho Social - Doação de roupas às famílias





**PROBEM**



## ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A SAUDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



Doação de cobertores



Reuniões com a comunidade



**PROBEM**



## ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A SAUDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



Doação de roupas e cobertores



Doação de roupas e cobertores





**PROBEM**



## **ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A SAUDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR**

Ainda realiza palestras de orientação para as famílias atendidas, para consciencialização da importância da convivência social.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**  
Nº 51912452020

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **VILMA TEREZINHA MOLINETE GOBBI**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de CONSTANCE MOLINETE e VILMA LECEUS MOLINETE, nascido(a) aos 04/01/1966, natural de BRASILEIRA/PR, documento de identificação 60043434 PR/PR.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 22:44 de 21/09/2020



51912452020





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**  
Nº 52124442020

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **ADELINA MACQUEVISCZ**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de EDUARDO WINIARSKI e ESTEFANIA WINIARSKI, nascido(a) aos 11/02/1948, natural de MAFRA/SC, documento de identificação 40850899 SSP/SC.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:49 de 22/09/2020



52124442020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 51912552020

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **MAINDRA REGINA GOBBI**, nacionalidade BRASIL, filho(a) de JAURI GOBBI e VILMA TEREZINHA MOLINETE GOBBI, nascido(a) aos 03/11/2000, natural de BRASIL/PR, documento de identificação 142319845 PR/PR.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 22:50 de 21/09/2020



51912552020



**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E AO BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E AO BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR-PROBEM**

Aos 15 (quinze) dias do mês de julho de (2020) dois mil e vinte às 20:00 reuniram-se as seguintes pessoas para realizar uma assembleia geral extraordinária, **ILADIO ADEMAR RIBEIRO, VALDEMIR LUIZ BIAVA, VILMA TEREZINHA MOLINETE GOBBI, GENI TEREZINHA HAUPCZINSKI VAZZATA, CLEA CZARNOBAI, ROSANGELA MARIA PASTRO, ADELINA MACQUEVISCZ, MAINDRA REGINA GOBBI, ILIANE FATIMA TAVARES SALVA, CARMELA PIETA e ROSANGELA FUCHINA DA LUZ** para a realização de uma assembleia geral extraordinária, conforme edital de convocação datado de 01 de julho de 2020. A reunião teve início às 20:00 horas, onde o Sr. Presidente **VALDEMIR LUIZ BIAVA**, explicou que haveria a necessidade da formação de uma nova diretoria e dar um novo endereço para a mesma e convidou a Sra. **CLEA CZARNOBAI** para secretariar a reunião. Iniciado os trabalhos foi colocada a ordem do dia: 1ª-Entrada de novas sócias no quadro Social; Foi aprovado como novas sócias todas as presentes. 2ª - Eleição da Nova Diretoria: Foi colocado os nomes das pretendentes a nova diretoria e foi submetida à apreciação e aprovados por unanimidade e dado posse os nomes dos membros que deverão compor a nova Diretoria, com mandato para 02 (dois) anos, com início nesta data **15 de julho de 2020 até 14 de julho de 2022**, formada pelas seguintes pessoas: **Diretora Presidente: VILMA TEREZINHA MOLINETE GOBB**, **Diretor Vice-Presidente: GENI TEREZINHA HAUPCZINSKI VAZZATA**, **1ª Diretora Secretária: CLEA CZARNOBAI**, **2ª Diretora Secretária: ROSANGELA MARIA PASTRO**, **1ª Diretora Tesoureira: ADELINA MACQUEVISCZ**, **2ª Diretora Tesoureira: MAINDRA REGINA GOBBI**. **Conselho Fiscal: ILIANE FATIMA TAVARES SALVI; CARMELA PIETA e ROSANGELA FUCHINA DA LUZ**. 3ª- Alteração do Estatuto. Na alteração do estatuto foi apenas alterado o endereço da Associação que será na **Rua Pedro Ramires de Mello 190, Centro, CEP 85501-250, Pato Branco, PR**. 4ª- Assuntos Diversos: A Sra. Presidente colocou a necessidade de se fazer projetos para apoio as pessoas necessitadas, que para este fim será convocada reuniões que terão livro ata separado para tal fim. Em seguida Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como não houve qualquer manifestação e nada mais tendo a tratar, encerrou a reunião agradecendo os presentes, pediu que a Secretária **CLEA CZARNOBAI**, lavrasse a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por mim e por todos os presentes.

**VILMA TEREZINHA MOLINETE GOBBI****GENI TEREZINHA HAUPCZINSKI VAZZATA****CLEA CZARNOBAI****ROSANGELA MARIA PASTRO****ADELINA MACQUEVISCZ****MAINDRA REGINA GOBBI****ILIANE FATIMA TAVARES SALVI****CARMELA PIETA****ROSANGELA FUCHINA DA LUZ****ILADIO ADEMAR RIBEIRO****VALDEMIR LUIZ BIAVA**



## Cartório Vieira

Registro e de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica

Oficial: ADEGIL VIEIRA SAMARA | Substituta: MARQUELINE SAMARA  
Rua Tanajás, 192 - 4º andar - CEP: 85501-045 - Pato Branco/PR  
Fone: (41) 3275-2455 - e-mail: cartorio@cartoriovieira.com



Emolumentos	19.20
Funrejuv	8.67
Funarpen	1.17
Distribuidor	3.02
Microfilme	0.67
Issqn	0.68
Fidej	0.97
Total	R\$ 40.28
	VRC 100.00

PROTOCOLADO E MICROFILMADO  
Nº 0076100

Registrado sob nº 0001427/05 - Livro A  
Pato Branco-PR, 18 de agosto de 2020.

Zaqueu Batista de Oliveira-Escrevente

Código Digital: 4R7qG.Voot2.Ivjj8, Controle: 4THMx.hKnc4  
Consulte em <http://www.funarpen.com.br>







**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito que a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR-PROBEM com sede à Rua Pedro Ramires de Mello 190, Centro, CEP 85501-250, Pato Branco, PR não possui Balanço Patrimonial e nem DRE, pois a mesma não teve qualquer operação financeira e integralização de Capital, portanto, não tem atos e nem fatos a serem contabilizados.

Declarando ser verdade, firmo a presente

Pato Branco, PR, 25 de setembro de 2020

  
Valdemir Luiz Blava  
Contador CRC/PR 33.5610.3  
CPF 604.339.149.04

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

10092020000000001141445  
DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS  
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS  
INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

D C T F MENSAL - 3.50

CNPJ: 15.414.802/0001-15



Dados do Processamento

Número da Declaração: 100.2020.2020.1820138397  
Número do Recibo: 13.88.69.36.04-97  
Data de Recepção: 16/03/2020  
Data de Processamento: 16/03/2020

Dados Iniciais

Período: 01/01/2020 a 31/01/2020  
Declaração Retificadora: Não  
Situação: Normal  
PJ inativa no mês da declaração: Sim  
PJ optante pelo Simples Nacional: Não  
Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral  
Forma de Tributação do Lucro: Não preenchido  
PJ Levantou Balanço/Balancete de Suspensão no Mês: Não  
PJ com Débitos de SCP a serem Declarados: Não  
PJ optante pelo CPRB: Não  
Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração  
Opções referentes à Lei 12.973/2014 para o ano-calendário de 2014: Não preenchido  
Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Não preenchido  
Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins: Não preenchido

Dados Cadastrais do Estabelecimento

Nome Empresarial: ASSOCIACAO DEPROT A SAUDE E O BEM ESTAR DOMO PROBLEM  
Logradouro: RUA ITABIRA Número: 312  
Complemento: Bairro/Distrito: JARDIM DAS AMERICAS  
Município: PATO BRANCO UF: PR  
CEP: 85502-000 Telefone: (46)3025-4489 FAX:  
Caixa Postal: UF: CEP:  
Correio Eletrônico: BIAVACONTABILIDADE@HOTMAIL.COM



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

10092020000000001141445  
DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS  
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS  
INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

CNPJ: 15.414.802/0001-15

Janeiro/2020

Dados do Representante da Pessoa Jurídica



Nome: VALDEMIR LUIZ BIAVA

CPF: 604.339.149-04

Telefone: (46) 3025-4489

Ramal:

FAX:

Correio Eletrônico: BIAVACONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome: VALDEMIR LUIZ BIAVA

CPF: 604.339.149-04

Inscrição no CRC: 3356103

UF: PR

Telefone: (46) 3025-4489

Ramal:

Fax:

Correio Eletrônico: BIAVACONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

Não existem Débitos.

Não existem Débitos do Trimestre Anterior.

\*\*\*\*\* FIM DE IMPRESSÃO \*\*\*\*\*



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>15.414.802/0001-15</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>20/04/2012</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE PROTECAO A SUADE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR - PROBEM</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>PROBEM</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R PEDRO RAMIRES DE MELLO</b>	NÚMERO <b>190</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>85.501-250</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PATO BRANCO</b>
		UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(46) 9918-9387</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>20/04/2012</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/09/2020 às 13:40:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





## PROCURADORIA JURÍDICA

Recebi nesta data, na condição de PROCURADOR JURÍDICO, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de Lei nº 170/2020**.

Pato Branco, 28 de setembro de 2020.





**PARECER JURÍDICO**  
**PROJETO DE LEI Nº 170/2020**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Moacir Gregolin - Republicanos, que tem por objetivo declarar de utilidade pública municipal a **“ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E O BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR - PROBEM”**, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede na Rua Pedro Ramires de Melo, 190, Centro, em Pato Branco, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 15.414.802/0001-15

A matéria esta acompanhada de justificativa do autor e documentos que a instruem.

É o brevíssimo relatório.

Intenciona o autor da proposição declarar de utilidade pública municipal a **“ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE E O BEM-ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR - PROBEM”**, para tanto apresenta os documentos e informações pertinentes a referida entidade.

Com a declaração de utilidade pública terá a referida entidade condições de pleitear recursos em órgãos e esferas governamentais, objetivando implementar as finalidades consignadas em seu estatuto social .

Verificando as informações e documentos anexados ao Projeto de Lei em apreço, constatamos que a referida entidade atende aos requisitos estipulados na Lei nº 2.340, de 1º de junho de 2004 e suas alterações, que estabelece normas para a declaração de utilidade pública no Município de Pato Branco.

A referida entidade possui um extenso rol de objetivos estatutários descritos no art. 1º do aludido documento.

Os eventuais recursos (auxílios) a serem pleiteados pela aludida entidade civil junto a municipalidade, após obtenção da declaração de utilidade pública, dependerá de expressa previsão orçamentária e disponibilidade financeira, para serem deferidos, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

*\* Documento enviado eletronicamente através do SAPL \**



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1524



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [assessoriajuridica@patobranco.pr.leg.br](mailto:assessoriajuridica@patobranco.pr.leg.br)







CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**



Feita essa consideração, estando a matéria legalmente amparada, opinamos em exarar parecer favorável a sua regimental tramitação e aprovação.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 1º de outubro de 2020.

José Renato Monteiro do Rosário  
Assessor Jurídico

Luciano Beltrame  
Procurador Legislativo

*\* Documento enviado eletronicamente através do SAPL \**



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1524



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [assessoriajuridica@patobranco.pr.leg.br](mailto:assessoriajuridica@patobranco.pr.leg.br)





## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 170/2020.

Pato Branco, 02 de outubro de 2020.

  
Fabricio Preis de Mello - PSD

Presidente

Relator: Rodrigo J. Carruio Podemos

Data: 05/10/2020

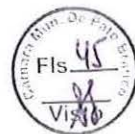






**PROBEM**

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR



## DECLARAÇÃO

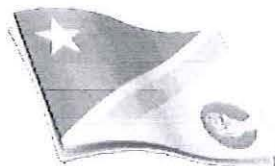
Declaramos para os devidos fins de direito que a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR-PROBEM com sede à Rua Pedro Ramires de Mello 190, Centro, CEP 85501-250, Pato Branco, PR, declaram conforme segue:

- a) Não possui Balanço Patrimonial e nem DRE, pois a mesma não teve qualquer operação financeira e integralização de Capital, portanto, não tem atos e nem fatos a serem contabilizados;
- b) Que os componentes da diretoria não recebem nem uma remuneração, por se tratar de entidade sem fins lucrativo;
- c) Que esta isenta da apresentação da Declaração de Imposto de Renda;

Declarando ser verdade, firmo a presente

Pato Branco, PR, 25 de setembro de 2020

  
Valdemir Luiz Biava  
Contador CRC/PR 33.5610.3  
CPF 604.339.149.04



# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 170/2020

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 3334/2020  
Data: 13/10/2020 - Horário: 11:41  
Legislativo - PCRJ 92/2020

O Vereador Moacir Gregolin - Republicanos, propôs o Projeto de Lei nº 750/2020 que declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar - PROBEM.

Aduz o proponente que, a demanda em tela visa declarar a Associação de Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar - PROBEM entidade pública, visto que a mesma possui finalidade social a qual visa a garantia da vida, à redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice, amparo às crianças e aos adolescentes carentes, à promoção e integridade ao mercado de trabalho, à habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

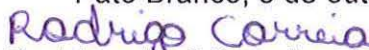
Ressalta ainda que ao longo dos anos a referida entidade vem atuando junto a comunidade, desenvolvendo várias atividades, palestras, acompanhamentos de pessoas em recuperação, reformas de casas, distribuição de alimentos, roupas e calçados às pessoas carentes em situação de risco.

Traz também a informação de que a entidade atualmente conta com 15 (quinze) voluntários e atende 50 (cinquenta) famílias, devido a demanda existente a entidade necessita de mais recursos, sendo dessa maneira o presente projeto de suma importância para dar continuidade nos atendimentos realizados.

Vale ressaltar que, a demanda em tela está em consonância com o que preceitua a Lei Municipal nº 2.340, de 1º de junho de 2004 e suas alterações, a qual estabelece normas para a declaração de utilidade pública em nosso Município.

Após análise da matéria pelos membros da Comissão de Justiça e Redação, especialmente a análise criteriosa deste relator, atendendo ao que preceitua o art. 62 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, optou-se por exarar PARECER FAVORÁVEL a regimental tramitação do Projeto de Lei 170/2020.

Pato Branco, 8 de outubro de 2020.

  
Rodrigo José Correia - Podemos  
Relator

  
Amilton Maranoski - PL  
Membro

  
Fabricio Preis de Mello - PSD  
Membro

  
Joecir Bernardi - PSD  
Membro

  
Marines Boff Gerhardt - PSDB  
Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1534

✉ <http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorrodriego@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorrodriego@patobranco.pr.leg.br)







**PROJETO DE LEI Nº 170/2020**

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Proteção a Saúde e o Bem-Estar do Movimento Familiar - PROBEM.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação de Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar - PROBEM, entidade sem fins econômicos, inscrita no CNPJ nº 15.414.802/0001-15, localizada na Pedro Ramires de Mello, 190, centro, no Município de Pato Branco, Paraná.

**Art. 2º** A entidade referida no art. 1º se obriga a apresentar anualmente ao Executivo Municipal relatório circunstanciado dos serviços prestados à comunidade durante o exercício anterior.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Moacir Gregolin - Republicanos.



MUNICÍPIO DE PATO BRANCO	
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO	
DE BEM MOVEL FUNDOS nº 06/2020	
FANTES:	MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
	- RENGEL & RENGEL LTCA (PLANETA PARK)
OBJETO:	Uso de parte do imóvel denominado Praça Presidente Vargas, em caráter temporário para instalação de uma loja-parte com 30 metros quadrados e um biquinho lateral, entre os dias 30 de fevereiro de 2020 a 05 de janeiro de 2021.
FORO:	Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná
Pato Branco, 3 de novembro de 2020	
<p>AUGUSTO QUZUCHI</p> <p>Prefeito</p>	

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**  
**LEI Nº 8.617, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020**

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Proteção à Saúde e Bem-Estar do Movimento Lésbico - PROCEM

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Proteção à Saúde e Bem-Estar do Movimento Lésbico - PROCEM

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprova a Lei, o Excmo. Prefeito, sanciona a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação de Proteção à Saúde e Bem-Estar do Movimento Lésbico - PROCEM, entidade sem fins econômicos, inscrita no CNPJ nº 15.414.000/00-15, localizada na Rua Maré, centro, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

**Art. 2º** A entidade referida no art. 1º já se encontra regularmente inscrita no Exposto Municipal, tendo apresentado 34 selos de prestação de comunidade durante o exercício anterior.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deixei a 4 de outubro de 2020, no Palácio Municipal, no Município de Pato Branco, no Estado do Paraná.

Gabetele do Prefeito 3, de 19 de novembro de 2020.

AUGUSTO+HOZUCHO

7

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 50/2020 – PROCESSO Nº 103/2020. OBJETO: A implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais médicos odontológicos, atendendo as necessidades do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, bem como às Unidades Básicas de Saúde – UBS da Secretaria Municipal de Saúde, para as empresas: AAF da Brasil Produtos Odontológicos Eireli – ME, inscrita no CNPJ nº 04.356.651/0001-91, com o valor total estimado de R\$ 2.744,40 (dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos); ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda – ME, inscrita no CNPJ nº 12.014.370/0001-67, com o valor total estimado de R\$ 3.310,00 (três mil, trezentos e dez reais); Bio Lógica Distribuidora Eireli – EPP, inscrita no CNPJ nº 06.175.908/0001-12, com o valor total estimado de R\$ 107.382,30 (cento e sete mil, trezentos e oitenta e dois reais e trinta centavos); Cirúrgica União Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.063.331/0001-21, com o valor total estimado de R\$ 24.592,50 (vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos); D & D Produtos de Higiene e Limpeza Eireli – ME, inscrita no CNPJ nº 11.372.104/0001-43, com o valor total estimado de R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais); Dental Higiê Produtos Odontológicos, Médicos Hospitalares Eireli – EPP, inscrita no CNPJ nº 26.240.632/0001-16, com o valor total estimado de R\$ 45.185,30 (quarenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais e trinta centavos); Dental Oeste Eireli – EPP, inscrita no CNPJ nº 05.412.147/0001-02, com o valor total estimado de R\$ 78.101,75 (setenta e oito mil, cento e um reais e setenta e cinco centavos); Dental Open – Comércio de Produtos Odontológicos Ltda – EPP, inscrita no CNPJ nº 08.849.206/0001-00, com o valor total estimado de R\$ 157.939,90 (cento e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa centavos); Dental Universo Eireli – EPP, inscrita no CNPJ nº 26.395.502/0001-52, com o valor total estimado de R\$ 196.441,90 (cento e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e noventa centavos); Hospmed Comércio Eireli – EPP, inscrita no CNPJ nº 18.224.182/0001-40, com o valor total estimado de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais); Kairos Brasil Comércio de Produtos Alimentícios e Higiene Ltda – ME, inscrita no CNPJ nº 29.840.439/0001-04, com o valor total estimado de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais); Magnus Med Comércio de Produtos Hospitalares e Medicamentos Ltda – ME, inscrita no CNPJ nº 30.881.804/0001-08, com o valor total estimado de R\$ 2.377,00 (dois mil e trezentos e setenta e sete reais); Odontomed Canaã Ltda – ME, inscrita no CNPJ nº 07.947.536/0001-68, com o valor total estimado de R\$ 205.777,90 (duzentos e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa centavos); Odontomedi – Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda – EPP, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03, com o valor total estimado de R\$ 122.130,20 (cento e vinte e dois mil, cento e trinta reais e vinte centavos); Possatto & Possatto Ltda – EPP, inscrita no CNPJ nº 72.150.550/0001-06, com o valor total estimado de R\$ 36.052,40 (trinta e seis mil, cinquenta e dois reais e quarenta centavos); Prioritã Produtos Hospitalares Eireli – ME, inscrita no CNPJ nº 29.750.587/0001-23, com o valor total estimado de R\$ 5.635,50 (cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos); Tata Comércio de Equipamentos para Saúde, Odonto-Médico Ltda – ME, inscrita no CNPJ nº 11.088.993/0001-11, com o valor total estimado de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais); Pato Branco, 29 de Outubro de 2020. Augustinho Zucchi - PREFEITO.

**MUNICÍPIO DE MARDOLIS**  
**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2021 - PROCESSO Nº 97/01020** Em conformidade com o resultado de classificação, apresentado pelo Pregoeiro e de acordo com o procedimento licitatório de acordo com as disposições contidas na Lei nº 13.520/2021, devidamente na Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 002/2008 e com o Plano de Despesa Municipal nº 43, de 29 de agosto de 2020, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, HOMOLOGO o Edital aprofundado, que tem por objeto a implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de refeições e mantimentos para atendimento dos diversos departamentos municipais, a empresa **Carolin Ltda - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.833.977/0001-22, inscricão estadual nº 053599394-00, com o valor total de R\$ 65.741,10 (sessenta e cinco mil e trezentos e cinco reais e quatro reais e dez centavos). E determino que sejam elaboradas as documentações necessárias de acordo com os termos legais. Mardolis, 04 de Novembro de 2020. Tobias Ezequiel Taffarel Greller - Prefeito Municipal.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----





---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

---

SECRETARIA DE GABINETE  
LEI Nº 5.617, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020

Declara de Utilidade Pública Municipal a  
Associação de Proteção a Saúde e o Bem-Estar  
do Movimento Familiar - PROBEM.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná,  
aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a  
Associação de Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento  
Familiar - PROBEM, entidade sem fins econômicos, inscrita  
no CNPJ nº 15.414.802/0001-15, localizada na Pedro Ramires  
de Mello, 190, centro, no Município de Pato Branco, Paraná.

**Art. 2º** A entidade referida no art. 1º se obriga a apresentar  
anualmente ao Executivo Municipal relatório circunstanciado  
dos serviços prestados à comunidade durante o exercício  
anterior.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Esta Lei é de autoria do Vereador Moacir Gregolin.

Gabinete do Prefeito, 3 de novembro de 2020.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini  
**Código Identificador: 7C57E334**

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná  
no dia 05/11/2020. Edição 2131

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



**PLO 170/2020 - Projeto de Lei Ordinária**

**Ementa:** Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar - PROBEM.

(Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação de Proteção a Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar - PROBEM, entidade sem fins econômicos, inscrita no CNPJ nº 15.414.802/0001-15, localizada na Pedro Ramires de Melo, 190, centro, no Município de Pato Branco, Paraná)

**Autor:** Moacir Gregolin - Republicanos

**Data de entrada:** 25 de setembro de 2020

**Leitura em Plenário:** 28 de setembro de 2020

**Encaminhado para Parecer Jurídico em:** 28 de setembro de 2020

**Emitido em:** 1º de outubro de 2020

**Comissão de Justiça e Redação**

**Distribuído em:** 5 de outubro de 2020

**Relatora:** Rodrigo José Correia - Podemos

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 13 de outubro de 2020

**VOTAÇÃO SIMPLES**

**PRIMEIRA VOTAÇÃO:** 19 de outubro de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

\* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

**SEGUNDA VOTAÇÃO:** 21 de outubro de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

\* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

**REDAÇÃO FINAL:** Ofício nº 680/2020/DL, datado de 21 de outubro de 2020.

**SANÇÃO:** Lei nº 5617, de 3 de novembro de 2020.

**PUBLICAÇÃO:** Publicada na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 7760, de 5 de novembro de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 5/11/2020. Edição nº 2131.

